



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5012191-69.2020.4.03.0000  
RELATOR: Gab. 03 - DES. FED. HELIO NOGUEIRA  
AGRAVANTE: MADEILENE BORGES MARINHO  
Advogado do(a) AGRAVANTE: HOMERO JOSE NARDIM FORNARI - SP234433  
AGRAVADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
OUTROS PARTICIPANTES:

---



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5012191-69.2020.4.03.0000  
RELATOR: Gab. 03 - DES. FED. HELIO NOGUEIRA  
AGRAVANTE: MADEILENE BORGES MARINHO  
Advogado do(a) AGRAVANTE: HOMERO JOSE NARDIM FORNARI - SP234433  
AGRAVADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
OUTROS PARTICIPANTES:

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela antecipada recursal, interposto por MADEILENE BORGES MARINHO contra decisão proferida pelo Juízo da 24ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP, que, nos autos do processo nº 5007100-31.2020.4.03.6100, indeferiu o pedido de tutela de urgência deduzido pela parte autora, cuja pretensão consiste na obtenção de provimento jurisdicional que determine que a Ré autorize a cobertura de procedimento cirúrgico em benefício da Requerente.

Sustenta a Agravante, em suas razões de recurso (ID 132368572), que é beneficiária do programa "Saúde Caixa" – plano de saúde de autogestão da Caixa Econômica Federal (CEF), registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) –, em relação ao qual não possui carências a cumprir, bem como se encontra adimplente com as mensalidades. Aduz que é portadora de

patologia diagnosticada, em 2014, como Estenose da Valva Aórtica Grave, a qual tem evoluído e recrudescido gradativamente. Alega que possui idade avançada e, em razão de seu estado de saúde, não pode se submeter a cirurgia cardíaca convencional para substituição de válvula aórtica por uma prótese valvar, razão pela qual foi recomendado, pela equipe médica, o implante por cateter de bioprótese valvar aórtica (TAVI). A Requerida, no entanto, nega-se a liberar a cobertura para realização da intervenção cirúrgica, sob a alegação de que o referido procedimento não consta do rol previsto pela normativa da ANS. Alega a Agravante que a prestação não pode ser negada pelo fato, apenas, de o tratamento não constar no rol de procedimentos da Agência Reguladora, tendo em vista que o procedimento é imprescindível à preservação da sua vida e da sua saúde. Requer, assim, a reforma da decisão recorrida, par que seja deferida a tutela provisória de urgência antecipada, a fim de determinar que a Agravada autorize a realização do procedimento, impondo-se multa diária para a hipótese de descumprimento.

O pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal foi deferido (ID 134292764).

A Agravada informou o cumprimento da decisão (ID 134781789) e apresentou contrarrazões (ID 136340042).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (ID 136800430).

É o relatório.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5012191-69.2020.4.03.0000

RELATOR: Gab. 03 - DES. FED. HELIO NOGUEIRA

AGRAVANTE: MADEILENE BORGES MARINHO

Advogado do(a) AGRAVANTE: HOMERO JOSE NARDIM FORNARI - SP234433

AGRAVADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

OUTROS PARTICIPANTES:

**VOTO**

A matéria devolvida ao exame desta Corte será examinada com base na fundamentação que passo a analisar topicamente.

**Da tutela de urgência relativa à obrigação de cobertura de procedimento médico**

De início, verifico que restou incontroverso nos autos que a Agravante é beneficiária do plano de saúde de autogestão da Caixa Econômica Federal (CEF), denominado programa "Saúde Caixa", registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em relação ao qual não possui carências a cumprir, bem como se encontra adimplente com as mensalidades.

A controvérsia, portanto, cinge-se, apenas, à possibilidade de deferimento de tutela provisória de urgência antecipada, com o escopo de impor-se à Requerida a obrigação de autorizar a cobertura de procedimento que não consta do rol previsto pela normativa da ANS.

A ação originária foi ajuizada por Madeilene Borges Marinho, contra a Caixa Econômica Federal (CEF), visando à obtenção de provimento jurisdicional que determine que a Ré autorize a cobertura de procedimento cirúrgico em benefício da Requerente, consistente em implante por cateter de bioprótese valvar aórtica (TAVI).

Segundo consta dos autos, a Agravante, que possui 78 (setenta e oito) anos de idade, não pode se submeter a cirurgia cardíaca convencional para substituição de válvula aórtica por uma prótese valvar, em decorrência do seu estado de saúde, havendo a equipe médica responsável concluído pela necessidade de realização de implante por cateter de bioprótese valvar aórtica.

A partir da análise dos autos, infere-se que estão preenchidos os requisitos para provimento do recurso e reforma da decisão interlocutória recorrida, para que seja deferido o pedido de tutela provisória deduzido pela Recorrente.

Consoante sufragado entendimento jurisprudencial, o fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da ANS não pode constituir, por si, fundamento hábil a afastar, de plano, o dever de cobertura do plano de saúde, devendo ser ponderadas as demais circunstâncias do caso concreto.

Efetivamente, consoante se extrai do conjunto normativo que rege a matéria, a ANS tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, incumbindo-lhe, dentre as suas atribuições, elaborar a lista de procedimentos e eventos em saúde que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei dos Planos e Seguros de Saúde (art. 10, § 4º, da Lei n. 9.656/1998; e art. 4º, III, da Lei n. 9.961/2000).

O referido rol de procedimentos, contudo, não apresenta caráter exaustivo, devendo ser interpretado como parâmetro técnico referencial, cujas diretrizes devem ser avaliadas em face das circunstâncias específicas do caso concreto.

Confira-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, em reiterados precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ENTIDADE AUTOGESTÃO. CDC. NÃO APLICAÇÃO. CONTRATO. LIMITAÇÃO DE COBERTURA DE DOENÇAS. POSSIBILIDADE. PROCEDIMENTOS PARA O TRATAMENTO. ILEGITIMIDADE. DANO MORAL. INEXISTENTE.*

*1. As disposições do Código de Defesa do Consumidor não incidem nos contratos celebrados pelas operadoras de plano de saúde na modalidade de autogestão ou fechadas. Precedentes da Segunda Seção. 2. O contrato de plano de saúde pode limitar as doenças a serem cobertas, não lhe sendo permitido, todavia, delimitar os procedimentos, exames e técnicas necessárias ao tratamento da enfermidade*

*prevista na cobertura. 3. Consolidou a jurisprudência do STJ o entendimento de que é abusiva a negativa de cobertura para o tratamento prescrito pelo médico para o restabelecimento do usuário de plano de saúde por ausência de previsão no rol de procedimentos da ANS, em razão de ser ele meramente exemplificativo. 4. A recusa da cobertura de tratamento por operadora de plano de saúde, por si só, não configura dano moral, notadamente quando fundada em razoável interpretação contratual. Precedentes. 5. Agravo interno e recurso especial parcialmente providos.*

(AgInt no REsp 1682692/RO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 06/12/2019)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NO ROL DA ANS. IRRELEVÂNCIA. TRATAMENTO NECESSÁRIO À RECUPERAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. O fato de o procedimento não constar do rol da ANS não afasta o dever de cobertura do plano de saúde, haja vista se tratar de rol meramente exemplificativo, não se admitindo restrição imposta no contrato de plano de saúde quanto à obtenção de tratamento necessário à completa recuperação da saúde do beneficiário.*

*2. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AgInt no AREsp 1.134.753/CE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (Desembargador Convocado do TRF 5ª Região), QUARTA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 30/5/2018)

Na situação em tela, infere-se que há cobertura, pelo plano de saúde, da doença que acomete a Recorrente. Por outro lado, o profissional de saúde responsável, a partir do exame das circunstâncias do caso, notadamente as condições de saúde da paciente e a evolução do quadro clínico apresentado, concluiu pela imprescindibilidade de um procedimento de intervenção cirúrgica específico, não havendo alternativa viável à completa recuperação da saúde da parte autora.

Nesse sentido, é relevante notar que a opção da técnica a ser utilizada no procedimento cabe, **exclusivamente**, ao médico especialista, sendo considerada abusiva a negativa de cobertura, pelo plano de saúde, de procedimento ou tratamento considerado essencial à preservação da saúde e da vida do paciente.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO MÉDICO. DOENÇA PREVISTA NO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NO ROL DA ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. COBERTURA MÍNIMA. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. SÚMULA N. 83 DO STJ. DANO MORAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE POR SI SÓ PARA A MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 283 DO STF. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 182/STJ.*

*1. Não é cabível a negativa de tratamento indicado pelo profissional de saúde como necessário à saúde e à cura de doença efetivamente coberta pelo contrato de plano de saúde.*

2. *O fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da ANS não significa, per se, que a sua prestação não possa ser exigida pelo segurado, pois, tratando-se de rol exemplificativo, a negativa de cobertura do procedimento médico cuja doença é prevista no contrato firmado implicaria a adoção de interpretação menos favorável ao consumidor.*

3. *É inviável agravo regimental que deixa de impugnar fundamento da decisão recorrida por si só suficiente para mantê-la. Incidência da Súmula n. 283 do STF.*

4. *'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada' (Súmula n. 182 do STJ).*

5. *Agravo regimental parcialmente conhecido e desprovido.*

(AgRg no AREsp 708.082/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/2/2016, DJe 26/2/2016)

No mesmo sentido já decidiu esta Primeira Turma, em caso análogo ao dos presentes autos:

*AGRAVO INTERNO. JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. ARTIGO 557 DO CPC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM DANOS MORAIS. PROCEDIMENTO MÉDICO. COBERTURA DEVIDA. PROCEDIMENTO PRESCRITO. NECESSIDADE. RECURSO IMPROVIDO.*

*I. Sendo o contrato do plano de saúde, SAÚDE CAIXA, vigente desde maio/2017, aplicável ao caso em comento as disposições da Lei nº 9.656/98. II. Ainda que o tratamento indicado pelo médico não conste do rol da ANS ou esteja ali previsto com alguma limitação, a obrigatoriedade de cobertura remanesce, porque tal listagem, segundo jurisprudência do E. STJ, tem natureza exemplificativa. III. In casu, o atestado médico e os exames acostados aos autos são documentos suficientes a comprovar a necessidade do tratamento postulado e a urgência com que tal procedimento médico deve ocorrer. IV. Sendo assim, a indicação do tratamento mais adequado por médico devidamente habilitado, deverá ser acobertado pelo plano de saúde oferecido pela requerida. V. Agravo Interno a que se nega provimento.*

(TRF 3ª Região, AC 5023768-82.2017.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS, 1ª Turma, julgado em 12/08/2019, e-DJF3 Judicial 1 DATA: 14/08/2019)

Por outro lado, mostra-se patente a existência de *periculum in mora*, que está amplamente demonstrado pela idade avançada da paciente, bem como pela severidade do quadro clínico decorrente da patologia que a acomete, fazendo-se necessária a realização de procedimento cirúrgico complexo, assim que possível.

Nesses termos, tendo em vista a demonstração da probabilidade do direito, bem como do perigo de dano, encontram-se preenchidos, no caso concreto, os requisitos para a concessão da tutela de urgência pleiteada pela parte autora (art. 300, do Código de Processo Civil), impondo-se seu deferimento.

#### **Da multa cominatória (astreintes)**

Como é cediço, pode o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, visando à efetivação da tutela específica ou à obtenção do resultado prático equivalente, estabelecer a aplicação das medidas necessárias (métodos de coerção), a fim de compelir o devedor ao adimplemento da obrigação, determinando a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, dentre outras medidas, consoante preceitua o art. 536, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ tem admitido, em reiterados precedentes, a possibilidade de bloqueio de verbas, inclusive de natureza pública, bem como de imposição de multa cominatória (*astreintes*), de ofício ou a requerimento, com o escopo compelir o devedor a adimplir a obrigação de fazer, inclusive em desfavor de ente público.

A questão restou pacificada com o julgamento do REsp nº 1.474.665/RS (DJe 22/06/2017) e do REsp 1.069.810/RS (DJe 06/11/2013), ambos submetidos à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C, do Código de Processo Civil de 1973), em que foi consolidado o entendimento acerca da possibilidade de imposição de multa cominatória, inclusive em face de ente público, assim como de sequestro de valores, com o escopo de compelir o demandado ao fornecimento de tratamento ou medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros. Confira-se:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC/1973. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE MOLÉSTIA. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA (ASTREINTES) COMO MEIO DE COMPELIR O DEVEDOR A ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO CONTEÚDO NORMATIVO INSERTO NO § 5º DO ART. 461 DO CPC/1973. DIREITO À SAÚDE E À VIDA.**

**1. Para os fins de aplicação do art. 543-C do CPC/1973, é mister delimitar o âmbito da tese a ser sufragada neste recurso especial representativo de controvérsia: possibilidade de imposição de multa diária (*astreintes*) a ente público, para compeli-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros.**

**2. A função das *astreintes* é justamente no sentido de superar a recalcitrância do devedor em cumprir a obrigação de fazer ou de não fazer que lhe foi imposta, incidindo esse ônus a partir da ciência do obrigado e da sua negativa de adimplir a obrigação voluntariamente.**

**3. A particularidade de impor obrigação de fazer ou de não fazer à Fazenda Pública não ostenta a propriedade de mitigar, em caso de descumprimento, a sanção de pagar multa diária, conforme prescreve o § 5º do art. 461 do CPC/1973. E, em se tratando do direito à saúde, com maior razão deve ser aplicado, em desfavor do ente público devedor, o preceito cominatório, sob pena de ser subvertida garantia fundamental. Em outras palavras, é o direito-meio que assegura o bem maior: a vida. Precedentes: AgRg no AREsp 283.130/MS, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 8/4/2014; REsp 1.062.564/RS, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 23/10/2008; REsp 1.062.564/RS, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 23/10/2008; REsp 1.063.902/SC, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 1/9/2008; e AgRg no REsp 963.416/RS, Relatora Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ de 11/6/2008.**

**4. À luz do § 5º do art. 461 do CPC/1973, a recalcitrância do devedor permite ao juiz que, diante do caso concreto, adote qualquer medida que se revele necessária à satisfação do bem da vida almejado pelo jurisdicionado. Trata-se do "poder geral de efetivação", concedido ao juiz para dotar de efetividade as suas decisões.**

**5. A eventual exorbitância na fixação do valor das *astreintes* aciona mecanismo de proteção ao devedor: como a cominação de multa para o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer tão somente constitui método de coerção, obviamente não faz coisa julgada material, e pode, a requerimento da parte ou ex officio pelo magistrado, ser reduzida ou até mesmo suprimida, nesta última hipótese, caso a sua imposição não se mostrar mais necessária. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 596.562/RJ, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 24/8/2015; e AgRg no REsp 1.491.088/SP, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas**

*Cueva, Terceira Turma, Dje 12/5/2015. 6. No caso em foco, autora, ora recorrente, requer a condenação do Estado do Rio Grande do Sul na obrigação de fornecer (fazer) o medicamento Lumigan, 0,03%, de uso contínuo, para o tratamento de glaucoma primário de ângulo aberto (C.I.D. H 40.1). Logo, é mister acolher a pretensão recursal, a fim de restabelecer a multa imposta pelo Juízo de primeiro grau (fls. 51-53). 7. Recurso especial conhecido e provido, para declarar a possibilidade de imposição de multa diária à Fazenda Pública. Acórdão submetido à sistemática do § 7º do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973 e dos arts. 5º, II, e 6º, da Resolução STJ n. 08/2008.*

(REsp 1474665 RS 2014/0207479-7, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, S1 - Primeira Seção, j. 26 de abril de 2017, Dje 22/06/2017) - g.n.

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ADOÇÃO DE MEDIDA NECESSÁRIA À EFETIVAÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA OU À OBTENÇÃO DO RESULTADO PRÁTICO EQUIVALENTE. ART. 461, § 5º DO CPC. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE CONFERIDA AO JULGADOR, DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DA PARTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ACÓRDÃO SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO 08/2008 DO STJ.**

*1. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação. 2. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 08/2008 do STJ.*

(REsp 1069810/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Data de Julgamento: 23/10/2013, S1 – Primeira Seção, Data de Publicação: Dje 06/11/2013) – g.n.

Trata-se de precedentes dotados de eficácia vinculante, nos termos do art. 927, inc. III, do Código de Processo Civil, impondo-se a sua observância.

Mostra-se cabível, portanto, a imposição de multa cominatória à CEF, para a hipótese de descumprimento da presente decisão.

### **Dispositivo**

Ante o exposto, **dou provimento** ao agravo de instrumento para conceder a tutela de urgência pleiteada e determinar que a Agravada autorize, imediatamente, a realização do procedimento denominado Implante Percutâneo de Bioprótese Aórtica (TAVI) com prótese Evolut R, em favor da Agravante, na forma prescrita pela equipe médica responsável, sob pena de aplicação de multa diária no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais).

É o voto.

---

### **E M E N T A**

**CONSTITUCIONAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO MÉDICO PRESCRITO. DOENÇA PREVISTA NO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NO ROL DA ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. TRATAMENTO NECESSÁRIO À RECUPERAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA (ASTREINTES). RECURSO PROVIDO.**

1. O fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da ANS não pode constituir, por si, fundamento hábil a afastar, de plano, o dever de cobertura do plano de saúde, devendo ser ponderadas as demais circunstâncias do caso concreto.
2. A ANS tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, incumbindo-lhe, dentre as suas atribuições, elaborar a lista de procedimentos e eventos em saúde que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei dos Planos e Seguros de Saúde (art. 10, § 4º, da Lei n. 9.656/1998; e art. 4º, III, da Lei n. 9.961/2000). O referido rol de procedimentos, contudo, não apresenta caráter exaustivo, devendo ser interpretado como parâmetro técnico referencial, cujas diretrizes devem ser avaliadas em face das circunstâncias específicas do caso concreto. Precedentes do STJ.
3. A opção da técnica a ser utilizada no procedimento cabe, exclusivamente, ao médico especialista, sendo considerada abusiva a negativa de cobertura, pelo plano de saúde, de procedimento ou tratamento considerado essencial à preservação da saúde e da vida do paciente, notadamente em se tratando do tratamento de doença que se encontra abrangida pela cobertura do plano de saúde. Precedentes do STJ e do TRF da 3ª Região.
4. Pode o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, visando à efetivação da tutela específica ou à obtenção do resultado prático equivalente, estabelecer a aplicação das medidas necessárias (métodos de coerção), a fim de compelir o devedor ao adimplemento da obrigação, determinando a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, dentre outras medidas, consoante preceitua o art. 536, do Código de Processo Civil.
5. A jurisprudência do STJ firmou entendimento, em precedentes submetidos à sistemática dos recursos repetitivos, no sentido da possibilidade de bloqueio de verbas, inclusive de natureza pública, bem como de imposição de multa cominatória (*astreintes*), de ofício ou a requerimento, com o escopo compelir o devedor a adimplir obrigação de fazer, em pretensões relacionadas ao direito à saúde, inclusive em desfavor de ente público.
6. Dado provimento ao agravo de instrumento para conceder a tutela de urgência pleiteada e determinar que a Agravada autorize, imediatamente, a realização do procedimento denominado Implante Percutâneo de Bioprótese Aórtica (TAVI) com prótese Evolut R, em favor da Agravante, na forma prescrita pela equipe médica responsável, sob pena de aplicação de multa diária no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais).

---

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, por unanimidade, deu provimento ao agravo de instrumento para conceder a tutela de urgência pleiteada e determinar que a Agravada autorize, imediatamente, a realização do procedimento denominado Implante Percutâneo de Bioprótese Aórtica (TAVI) com prótese Evolut R, em favor da Agravante, na forma prescrita pela equipe médica responsável, sob pena de aplicação de multa diária no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.



Assinado eletronicamente por: **HELIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA**

**09/09/2020 20:41:05**

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **141676820**



2009092041054740000014061575

IMPRIMIR

GERAR PDF